O ensino médio do sistema público, nos municípios da Costa do Descobrimento/Bahia, da perspectiva de informações/dados de acesso público

The high school public system in the municipalities of the Costa do Descobrimento (Discovery Coast)/Bahia, from the perspective of publicly accessible information/data

El sistema de escuelas secundarias públicas en los municipios de la Costa del Descubrimiento/Bahía, desde la perspectiva de la información/datos de acceso público

André Heloy Avila[1]
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVIII

Cleiton Santos Bassete[2]
Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XVIII

RESUMO

Esta iniciativa, nesta fase primeira, esboçou um quadro geral do Ensino Médio público nas cidades de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Sul da Bahia, destacando informações relacionadas a instrumentos desenvolvidos pelo Estado ou Organizações dedicados a produzir e apresentar dados acerca desta fase da formação escolar; disponíveis em estudos acadêmico-científicos, informações oficiais e em documentos públicos. A consulta do material pesquisado trouxe mais que os números de ingressantes, desistentes, reprovados etc., permitiu acessar avaliações e análises feitas sobre outros aspectos da educação pública ofertada ao alunado destas cidades. Foi possível traçar um perfil sociodemográfico da população atendida pelo sistema público da região e também conhecer algo da produção científico-acadêmica que aborda esta questão, embora por enquanto tenhamos encontrado poucos estudos focados especificamente nesta região. Contribuindo para uma análise da situação geral e com a compilação de ideias e sugestões para que o alunado tenha uma educação cada vez melhor, no futuro, planejamos nos aproximar de outras "variáveis" que rondam a questão do ensino médio e que dependem da conclusão deste: as perspectivas profissionais de quem cursa o ensino médio, nesta região, o que pode incluir, talvez, prosseguir estudos no Ensino Superior.
Palavras-chave: Ensino médio; Avaliações da educação; Índices educacionais.

ABSTRACT

This initiative, in its initial phase, provides a general overview of public upper secondary education in the municipalities of Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro, and Santa Cruz Cabrália, in southern Bahia. It highlights information regarding instruments developed by the State and other

[1]Graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1996), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2000) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (2010). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Experiência na área de Psicologia da Educação, com ênfase em Formação de Educadores e nos temas relacionados. Membro dos grupos de pesquisa: CONEXÕES: Produção de Conhecimento e Ensino; e Observatório da Educação Básica. E-mail: aheloy@uneb.br. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0287-8357

[2]Graduando em Letras Vernáculas – Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa (UNEB/Campus XVIII) e pesquisador voluntário do Programa de Iniciação Científica da UNEB - PiCIN/UNEB. E-mail: cleitonbassete@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8419-9998

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

organizations dedicated to producing and presenting data on this educational stage; drawing from academic-scientific studies, official records, and public documents. The consultation of the researched material brought more than just the numbers of enrollment, dropout, failure rates, etc., the research provided access to evaluations and analyses conducted on other aspects of the public education offered in these cities. It was possible to delineate a sociodemographic profile of the population served by the regional public system and learn about some of the scientific-academic production addressing such issue, although for now, few studies focused specifically on this region were found. These findings contribute to a situational analysis and the compilation of strategies so that students can receive an increasingly better education. In the future we intend to explore further "variables" surrounding the issue of the upper secondary education and dependent on its completion: the career prospects for high school graduates in this region, which may include, perhaps, pursuing higher education.
Keywords: Upper Secondary Education; Educational Assessment; Educational Indices.

RESUMEN

Esta iniciativa, en su fase inicial, ofreció una visión general de la educación secundaria pública en las ciudades de Belmonte, Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro y Santa Cruz Cabrália, en el sur de Bahía, destacando la información relativa a los instrumentos desarrollados por el Estado y organizaciones dedicadas a la producción y presentación de datos acerca esta etapa escolar; información disponible en estudios académicos y científicos, información oficial y documentos públicos. La consulta del material investigado arrojó más que simples cifras de ingreso, deserción, reprobación, etc.; permitió el acceso a evaluaciones y análisis de otros aspectos de la educación pública ofrecida a los estudiantes en estas ciudades. Fue posible trazar un perfil sociodemográfico de la población atendida por el sistema público de la región y también conocer parte de la producción científica y académica que aborda este tema, aunque hasta el momento se han encontrado pocos estudios específicamente enfocados en esta región. Esto contribuye a un análisis de la situación general y a la recopilación de ideas y sugerencias para que los estudiantes reciban una educación cada vez mejor. En el futuro, planeamos explorar otras "variables" relacionadas con la educación secundaria y que dependen de su finalización: las perspectivas profesionales de los graduados de secundaria en esta región, que pueden incluir la continuación de estudios superiores.
Palabras clave: Educación Secundaria; Evaluaciones Educativas; Índices Educativos.

1 Introdução

Desde 1998, em Eunápolis, o *campus* XVIII da Universidade do Estado da Bahia é sinônimo de inclusão, inicialmente cumprindo a missão de graduar docentes na licenciatura em Letras Vernáculas e, hoje, prossegue formando também professores de História e bacharéis em Turismo e em Administração. Sendo que, desde então, uma das características mais marcantes do alunado é ser composto, em grande maioria, por estudantes oriundos do sistema público de educação, que trabalhavam e eram a primeira geração a ingressar no Ensino Superior (Avila, 2016). Nos últimos anos, o perfil do alunado do *campus* XVIII mudou quase que exclusivamente no que se refere à faixa etária; atualmente, são mais jovens (Avila, 2018). O fato de o alunado ter estas características é que grande parte dos egressos pesquisados relatou conquistar melhores condições de vida, inclusive de autoestima (Avila; Santos, 2023). Por isso,

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

esta pesquisa levou-nos a uma aproximação também com o Ensino Médio público oferecido na região.

Com este objetivo, voltamos-nos à identificação de fontes documentais e à constituição de um *corpus* com informações de interesse e à pesquisa bibliográfica para identificar, estudar e analisar, a partir da literatura publicada sobre o tema, os dados compilados, intencionando identificar conceitos básicos, bem como explicitar o contexto teórico e aspectos do conhecimento empírico acerca da vivência do Ensino Médio.

Dado grande parte do alunado do *campus* XVIII ser constituído por trabalhadores e trabalhadoras, esta pesquisa de Iniciação Científica/PICIN-UNEB contou somente com um discente voluntário.

Nesta fase primeira, esboçamos um quadro geral das informações acerca do alunado e das avaliações do Ensino Médio público feitas pelo Estado ou Organizações reconhecidas, nas cidades de Eunápolis, Guaratinga, Itabela, Itagimirim, Itapebi, Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, no Sul da Bahia, destacando informações relacionadas ao decorrer dos anos desta parte da formação escolar, segundo informações/dados oficiais, em documentos públicos e estudos acadêmico-científicos. O material constituído apresenta os números de ingressantes, desistentes, reprovados etc., e também algumas avaliações/indicadores e análises feitas sobre a educação pública ofertada ao alunado destas cidades.

Levantamos fontes e informações públicas acerca de aspectos do Ensino Médio, o que permitiu produzir um quadro de informações públicas, oficiais e acadêmico-científicas, tendo como fontes: o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); o Censo da Educação Básica, entre outros.

2 Aspectos de uma visão geral

Foi possível elaborar um panorama geral da oferta de Ensino Médio, em especial na dependência administrativa estadual, utilizando alguns indicadores cujas informações estão disponíveis online, como o Censo Escolar, sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, que compila dados de todas as etapas e

modalidades da Educação, das condições de oferta e de atendimento do sistema educacional brasileiro (Brasil, 2023).

Utilizando esta e outras fontes, juntamos informações, tais como: números referentes às matrículas de Ensino Médio, no Ensino Regular e na Educação de Jovens e Adultos – EJA, das redes estaduais e municipais (públicas e privadas), urbanas e rurais, em tempo parcial e integral, e o total de matrículas nessas redes de ensino. Consideramos duas metas do PNE relacionadas às matrículas: as voltadas à Educação em tempo integral (Meta 6; indicador 6A) e ao número de matrículas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) (Meta 10; indicador 10). Ficou evidente que ambas as metas não foram alcançadas na grande maioria dos municípios; apenas Eunápolis chegou a ultrapassar a meta 6.

A partir do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb[3], na versão 2023, segundo a Nota Informativa do Ideb 2023, "ainda não foram fixadas nem pactuadas metas posteriores ao primeiro ciclo do Ideb" (Brasil, 2023, p. 2). Diante disso, não é possível apresentar dados sobre o Ideb, nos municípios, neste período, ou comparar suas notas com as metas estabelecidas. Entretanto, considerando a meta 7 do PNE (fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir a média nacional para o Ideb: 5,2, no Ensino Médio), podemos afirmar que a meta 7 não foi cumprida. Dadas as informações disponíveis até então, a situação atual do Brasil é de 3,7%, enquanto a Bahia encontra-se em 3,0%, segundo o Ideb de 2014 (Brasil, 2014).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), formulado em 1990, objetiva mensurar a qualidade de vida da população, bem como realizar discussões e reflexões sobre seu desenvolvimento. O IDH reúne três principais dimensões: I - longevidade - vida longa e saudável; II - educação - acesso ao conhecimento; III - renda - padrão de vida (Pnud, 2013). E o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) utiliza, além dos três indicadores principais, mais de 200 indicadores socioeconômicos, os quais permitem o estabelecimento de cinco parâmetros classificatórios: muito baixo (0,499), baixo (0,500 a 0,599), médio (0,600 a

[3] Uma pesquisa estatística com o objetivo de avaliar a qualidade da Educação Básica no país que utiliza dados disponibilizados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb (Brasil, 2023).

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

0,699), alto (0,700 a 0,799) e muito alto (0,800 a 1.000) (Pnud, 2013). Dada a relação entre o desenvolvimento humano e a educação, Grike (2018) descreve que o modelo educacional adotado por cada país tem relação direta com o desenvolvimento social e econômico, uma vez que o conhecimento é primordial para que cada cidadão desenvolva suas habilidades e contribua com o desenvolvimento do país. Por sua vez, Guimarães e Mello afirmam que: "[...] a educação abrange inúmeros aspectos, pressupostos teóricos, perspectivas diferentes que influenciam diretamente o desenvolvimento humano" (2023, p. 22850). Nesse sentido, o acesso à educação, a oferta de oportunidades e o desenvolvimento de habilidades só são possíveis pela oferta de uma educação de qualidade aos sujeitos em sociedade.

Segundo o censo demográfico de 2000, todos os municípios tiveram um pequeno aumento no IDHM, porém somente o município de Eunápolis conseguiu ultrapassar o nível Muito Baixo (0,499), adquirindo o percentual de IDHM Baixo (de 0,500 a 0,599). Em um período de 30 anos, o desenvolvimento apresentado pelos municípios da Costa do Descobrimento foi insatisfatório. Apesar dos avanços, nenhum município conseguiu adquirir o IDHM Alto (0,700 a 0,799); dos oito municípios, quatro avançaram apenas um nível em relação ao IDHM, enquanto os outros quatro avançaram dois níveis (Pnud, 2013).

Outro aspecto relevante é o financiamento público do Ensino Médio que, segundo o Plano Nacional de Educação (PNE), deveria ter garantido recursos públicos proporcionais ao Produto Interno Bruto, que assegurem atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade (Brasil, 2014). O PNE conta com 20 metas que deveriam ser cumpridas até 2024, sendo que a Meta 20 propunha atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) na primeira fase e o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

Contudo, conforme o Balanço PNE (2024), o investimento em educação no Brasil vem diminuindo nos últimos dez anos. Por outro lado, apenas quatro (4) das dez (10) metas foram parcialmente atingidas, revelando que as estratégias propostas para o cumprimento das metas estão longe de serem alcançadas, o que tem relação direta com a atuação governamental no país (Brasil, 2024).

Segundo a declaração do Balanço PNE (2024), o Teto de Gastos foi o grande obstáculo para a universalização do acesso à educação de qualidade no país, por colocar em xeque o cumprimento das metas e estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação atual,

impactando severamente também o próximo plano, com vigência entre 2024 e 2034 (Brasil, 2024, p. 5). O PNE previa a aplicação de 7% do PIB em 2019, porém o valor ficou estagnado em torno de 5% (Brasil, 2024).

Segundo o Balanço do Orçamento Geral da União 2021, do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), os gastos com educação no Ensino Médio tiveram uma diminuição significativa no período em questão. Outro fator importante relacionado ao investimento público em educação diz respeito aos níveis de ensino, sendo possível observar que o país teve uma diminuição no investimento público por níveis de ensino, e que o Ensino Médio, entre os demais, aparece com o menor percentual de investimento de recursos públicos.

O investimento público em educação também é de interesse de entidades internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que, em parceria com outros países, propõe uma quantia ideal de investimento, a fim de providenciar uma educação de qualidade, pois o financiamento da educação desempenha um papel importante para garantir o acesso equitativo à educação de alta qualidade, sendo que analisar a dinâmica dos gastos é crucial para compreender os desafios para alcançar a equidade na educação, mantendo a qualidade (OCDE, 2024, p. 252, tradução nossa).

O relatório *Education at a Glance* de 2024 destacou que o Brasil investiu, em 2021, uma média de 4 mil dólares por aluno no Ensino Médio, enquanto a média de investimento dos países da OCDE é de 12,7 mil dólares por aluno, revelando uma discrepância em relação ao investimento público em educação no Ensino Médio, em comparação a outros países (OCDE, 2024). Essa discrepância é observada em todos os níveis da Educação Básica, Fundamental (anos iniciais), Fundamental (anos finais) e para o Ensino Médio.

Outros elementos relevantes, neste contexto, são os números relacionados à população residente e ao PIB *per capita* dos municípios. Comparando o número de matrículas entre os anos de 2014 a 2024 e o número de habitantes nos municípios da Costa do Descobrimento nos três (3) últimos Censos Demográficos do IBGE (2000, 2010, 2022) e a população estimada em 2024, nota-se que o número de matrículas do Censo Escolar diminuiu em seis municípios e aumentou em dois (considerando as etapas do Ensino Médio e EJA e as modalidades parcial e integral), enquanto o número de habitantes aumentou em quatro municípios e diminuiu em

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

outros quatro municípios. Porém, não se pode afirmar que o público preconizado para estar matriculado no Ensino Médio tenha crescido na mesma proporção.

Sobre o PIB *per capita* dos municípios, observamos que as posições que os quatro (4) municípios ocupam na classificação do IDHM equivalem à evolução do seu PIB. Respectivamente, o PIB *per capita* dos municípios evoluiu na mesma proporção do *ranking*: Eunápolis, Porto Seguro, Santa Cruz Cabrália e Itagimirim. Entretanto, vale a ressalva de que os dados consultados são do Censo de 2010 e entre os anos de 2015 até 2021. Para comparar com clareza nossa afirmação, seria necessário que os dados do IDHM do Censo Demográfico de 2022 já estivessem disponíveis.

3 Acerca dos estudantes: alguns números dos oito municípios

A taxa de distorção idade-série - TDI, ou defasagem, ocorre quando o aluno se encontra em uma faixa etária não adequada à preconizada pelo Ministério da Educação (MEC). Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996, para que o aluno esteja em situação de distorção idade-série, é necessário que ele se encontre em mais de 2 (dois) anos de atraso em relação à série que deveria estudar, segundo sua idade. Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o aluno deve ingressar na Educação Básica, no Ensino Fundamental aos 6 anos - 1° ano, e ao Ensino Médio aos 15 anos - 1ª série. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) preconiza que a criança deve ingressar na Educação Básica aos 4 (quatro) anos (Unicef, 2018; Brasil, 2017). Alguns autores, como Portella, Bussmann e Oliveira (2017), argumentam que o que leva ao alto índice de distorção idade-série, no Brasil, são: reprovação; abandono; e matrícula tardia.

De modo geral, os municípios em foco tiveram uma diminuição na taxa de distorção idade-série, entre 2014 e 2023. Com oscilações crescentes e decrescentes, o município de Itagimirim, no ano de 2018, teve a maior taxa de distorção em relação aos outros municípios, 68,2%. Em contrapartida, os municípios de Eunápolis e Porto Seguro, em 2023, tiveram a menor incidência de distorção idade-série, 31,0%. Entretanto, é importante destacar que a maioria dos municípios, no recorte temporal (2014 a 2023), apresentou uma alta incidência de

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

distorção idade-série. Cinco tiveram uma incidência de mais de 50% de distorção idade-série no Ensino Médio.

A questão da distorção idade-série observada nestas cidades se relaciona, entre outras questões, com as taxas de rendimento escolar; questões financeiras; familiares; pessoais, assim como com as taxas abordadas a seguir, também passíveis de serem influenciadas pelas questões mencionadas. As taxas de aprovação, reprovação e abandono são importantes indicadores utilizados para avaliar o desempenho escolar dos alunos.

A aprovação diz respeito à quantidade de alunos que concluíram o ano letivo com sucesso. A reprovação ocorre quando os alunos não atingem os requisitos básicos para avançar para a próxima série, no ano seguinte. O abandono, por sua vez, identifica a quantidade de alunos que abandonaram a escola durante os estudos e não concluíram o ano letivo.

Todos os municípios da Costa do Descobrimento tiveram uma diminuição na taxa de aprovação do Ensino Médio, considerando o período de 2014 a 2019. Neste recorte temporal, os municípios tiveram oscilações crescentes e decrescentes no número de aprovados. Nos anos de 2020, 2021 e 2022, temos taxas de aprovação de 100,0%. Isso se deve ao fato de que o país estava em uma emergência de saúde pública de importância internacional, a pandemia de Covid-19, período em que a aprovação automática foi adotada. Contudo, diante do recorte de 2014 a 2023, ficou evidenciado que todos os municípios da Costa do Descobrimento tiveram um aumento nas taxas de aprovação.

É importante destacar que a Portaria nº 190, de 27 de janeiro de 2024, que prevê a "aprovação automática" dos alunos da rede pública de ensino, está em vigor desde a referida data, quando foi oficializada pelo atual governador da Bahia, Jerônimo Rodrigues. A medida, conforme declara a Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA), apresenta "evidente prejuízo à educação, além de desrespeitar a função primordial dos professores" (ALBA, 2024, p. 2).

A "aprovação automática", imposta pelo governo, afeta diretamente a nota do Ideb sobre o estado, pois interfere na base de cálculos do indicador, que também utiliza o número de reprovados para compor as notas do Ideb; uma vez que o Ideb reúne dados do Censo Escolar, isto é, número de matrículas, e do número de alunos reprovados e aprovados durante o ano letivo. A partir disso, com o uso da Portaria, a nota do Ideb não refletirá a realidade da educação

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

do estado, pois o decreto permite que a aprovação dos alunos esteja sempre em 100,0%, ignorando, nesse percurso, os alunos reprovados, ou seja, estudantes que não atingiram os requisitos necessários para serem aprovados. A própria ALBA (2024) discorre sobre essa situação:

> Com efeito, ensino autoritário é justamente o que o Governo do Estado propõe, por meio da institucionalização de um tipo de avaliação de aprendizagem que não considera as análises pedagógicas realizadas pelos professores, principais responsáveis por examinar diretamente o progresso dos alunos em sala de aula (ALBA, 2024, p. 3).

Segundo as informações levantadas, os municípios estudados tinham uma taxa de reprovação alta no ano de 2014 em comparação aos dados de 2023. Entretanto, uns apresentaram taxa de reprovação menor que 10% (destaque para Eunápolis, Itapebi e Porto Seguro), a partir do ano de 2020, época em que incidiu o período de emergência sanitária da Covid-19, perdurando até o primeiro semestre de 2022. Mesmo assim, observamos taxas de reprovação na faixa dos 17% para os municípios de Belmonte e Guaratinga no ano de 2022. Contudo, todos os municípios tiveram uma diminuição na incidência de reprovação entre os anos de 2014 e 2023.

Em relação às taxas de abandono, observamos uma diminuição não gradual entre os anos de 2014 e 2023. Alguns municípios apresentaram taxas de abandono que oscilaram entre aumentos e diminuições durante os anos. Não obtivemos informações sobre o motivo da alta incidência de abandono nos municípios da pesquisa, porém, alguns autores afirmam que o abandono escolar está relacionado a fatores como falta de apoio familiar, dificuldades no aprendizado, trabalho, entre outros motivos (Silva Filho e Lima Araújo, 2017).

4 A modo de conclusão: algumas considerações

A partir da compilação de dados do Censo Escolar, considerando o período de 2014 até 2024, observamos que todos os municípios da pesquisa tiveram uma redução significativa no número de matrículas, na modalidade parcial, na etapa do Ensino Médio, o que demonstra uma tendência decrescente. A porcentagem que cada município teve na redução do número de

matrículas na modalidade parcial foi: Santa Cruz Cabrália (-) 11,99%; Guaratinga (-) 37,69%; Itabela (-) 38,36%; Porto Seguro (-) 42,84%; Belmonte (-) 46,3%; Itagimirim (-) 51,34%; Eunápolis (-) 53,28%; e Itapebi (-) 81,28%.

Para a modalidade integral, somente quatro (4) municípios ofertaram vagas para o Ensino Médio. Observamos que o período de vigência para a oferta de vagas se deu, respectivamente, da seguinte forma: Porto Seguro em 2014; Eunápolis em 2015; Itapebi em 2020; Santa Cruz Cabrália em 2023; não havendo oferta para os demais municípios.

Para o Ensino Médio Integral funcionar, é necessário atender a algumas exigências. Santana, Meireles e Nacif (2024) argumentam que o ambiente escolar deve ser gerido para garantir a permanência dos alunos e a qualidade do ensino. Isso envolve a correta alocação de recursos, tais como: alimentação, investimentos em infraestrutura, transporte escolar, oferta de materiais didáticos, remuneração e aperfeiçoamento de profissionais, além de outras ferramentas. Diante disso, os municípios precisam redistribuir os recursos financeiros, tendo em vista o orçamento anual, no setor educacional, para que o investimento em educação proporcione a manutenção e continuidade da modalidade integral no Ensino Médio.

Ainda com base nos dados compilados, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), na modalidade parcial no Ensino Médio, apresentou considerável aumento no número de matrículas em todos os municípios da Costa do Descobrimento. Em ordem crescente, a porcentagem no aumento do número de matrículas foi em: Eunápolis, 0,67%; Itabela, 47,53%; Santa Cruz Cabrália, 84%; Guaratinga, 100,88%; Itapebi, 112%; Belmonte, 119,35%; Porto Seguro, 127%; e Itagimirim, 143,59%. Considerando que a etapa do Ensino Médio (EJA) é destinada a jovens e adultos que não conseguiram dar continuidade aos estudos na faixa etária preconizada, a oferta da modalidade parcial, entre os anos de 2014 a 2024, mostrou-se positiva.

Por outro lado, os municípios que ofertam o Ensino Médio Integral apresentaram um número de matrículas nesta modalidade que ajudam a contextualizar a diminuição das matrículas no parcial e um menor número de estudantes que procurou a Educação de Jovens e Adultos.

Eunápolis, Itabela e Porto Seguro tiveram uma diminuição no número de estudantes matriculados; os mesmos municípios apresentaram crescimento populacional durante os três

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

últimos censos, já os dados de Belmonte, Guaratinga e Itagimirim demonstram tanto diminuição no número de matrículas como redução populacional. Itapebi teve uma diminuição no número de habitantes, enquanto o número de matrículas aumentou. Somente o município de Santa Cruz Cabrália acompanhou o crescimento populacional juntamente com o aumento no número de matrículas do Censo Escolar.

Não foi possível formular uma análise mais detalhada dos dados do Ideb, uma vez que não foram publicizados regularmente os relatos sobre as metas estipuladas para os anos de 2017, 2019, 2021 e 2023. Contudo, podemos observar um aumento nas notas do Ideb de todos os municípios e ressaltamos a importância do indicador e sua relação com a melhoria da qualidade da educação no país.

Apesar de uma elevação no IDHM dos municípios da Costa do Descobrimento, considerando os níveis do IDHM descritos como metas a serem atingidas ao longo dos anos, há de se questionar o motivo, em um período de 30 anos, de nenhum município conseguir ultrapassar o nível "médio" em desenvolvimento humano. Bohn, Ervilha e Dalberto (2015) afirmam que a gestão municipal é responsável por aplicar corretamente os recursos públicos a fim de alcançar bons indicadores em seus IDHMs. Entretanto, os mesmos autores declaram que barreiras orçamentárias estão entre os principais entraves que impedem a correta aplicação de recursos, o que incide diretamente no alcance de bons indicadores. Deve-se considerar também que a gestão do Ensino Médio está a cargo do estado e não dos municípios.

A aplicação de recursos em componentes básicos do desenvolvimento é uma importante medida para que "[...] os agentes econômicos percebam a relação entre a gestão do município e seu nível de qualidade de vida", isto é, seu IDHM (Bohn; Ervilha; Dalberto, 2015, p. 2). Outra medida importante para a melhoria do IDHM é a diminuição das desigualdades sociais e oferta de oportunidades para as classes menos favorecidas. Scheidt *et. al.* (2017) argumentam que, quanto maior a concentração de riqueza e menor a distribuição de renda, consequentemente, menor será o desenvolvimento do município, com baixa qualidade de vida, resultando, automaticamente, em um IDHM "baixo".

Observamos que, por mais que os municípios tenham avançado nos últimos trinta anos em seu IDHM, percebemos que eles não compartilham das mesmas posições no *ranking* divulgado do IDHM. Há uma diferença entre o município de Eunápolis, que aparece na 17ª

posição, Porto Seguro, na 20ª posição, Santa Cruz Cabrália, na 40ª posição, e Itagimirim, na 58ª posição. Os quatro municípios estão com o seu IDHM no nível "médio", porém, no ranking do IDHM, eles aparecem em posições distintas.

Os municípios tiveram uma diminuição não gradual do alto índice de distorção idade-série observado nos municípios, entre 2014 e 2023. Mesmo não existindo uma taxa preconizada pelo MEC sobre os níveis considerados aceitáveis para a distorção idade-série, o ideal é que os municípios mantenham uma taxa mínima, ou seja, quanto menor a taxa, melhor é para a população do município. Autores como Portella, Bussmann e Oliveira (2017) afirmam que fatores como reprovação e abandono escolar contribuem para o aumento da distorção idade-série nas escolas. Já Castro e Tavares Júnior (2016) argumentam que jovens em contextos sociais desfavoráveis são os mais afetados pela distorção idade-série, pois eles não conseguem chegar à etapa correta de ensino, seja de forma contínua ou regular. Os altos índices relatados nas tabelas sugerem uma precariedade na etapa do Ensino Médio, pois, conforme declaram Castro e Tavares Junior, "[...] o sistema escolar tem funcionado como um funil, em que muitos ingressam, mas poucos conseguem concluir, especialmente de forma regular e sem distorção idade/série" (2026, p. 256).

Considerando as taxas de aprovação, os municípios mantiveram padrões oscilatórios entre os anos de 2014 e 2019. O município de Belmonte, por exemplo, apresentou aumento no número de aprovados nos anos de 2015 e 2017, porém teve uma redução na aprovação em 2016, 2018 e 2019. Isso vale para o município de Itapebi, com aumento na aprovação em 2015 e 2019, e redução no número de aprovados em 2016, 2017 e 2018. Todos os municípios da pesquisa tiveram essa oscilação nas taxas de aprovação entre os anos de 2014 e 2019.

No que se refere às taxas de reprovação, o mesmo padrão oscilatório se repete: ora aumentavam em um ano, ora diminuíam em outro. O município de Eunápolis, por exemplo, manteve uma diminuição gradual no número de reprovados entre os anos de 2015, 2016, 2017 e 2018, porém teve um aumento no número de reprovados em 2019. Nenhum município teve uma diminuição gradual entre 2014 e 2019; todos mantiveram oscilações.

O mesmo foi observado acerca das taxas de abandono; todos os municípios mantiveram padrões oscilatórios de aumento e diminuição no abandono escolar entre 2014 e 2019.

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

Entretanto, houve aumento no abandono escolar em seis (6) dos oito (8) municípios. Somente Eunápolis e Guaratinga tiveram uma diminuição entre 2014 e 2019.

A partir da compilação de dados do Censo Escolar, considerando o período de 10 anos, de 2014 a 2024, observamos que todos os municípios da pesquisa tiveram uma redução significativa no número de matrículas, na modalidade parcial, na etapa do Ensino Médio — o que demonstra um panorama decrescente. Na Costa do Descobrimento, a porcentagem que cada município teve na redução do número de matrículas na modalidade parcial foi: Santa Cruz Cabrália (-) 11,99%; Guaratinga (-) 37,69%; Itabela (-) 38,36%; Porto Seguro (-) 42,84%; Belmonte (-) 46,3%; Itagimirim (-) 51,34%; Eunápolis (-) 53,28%; e Itapebi (-) 81,28%. Questão que parece se relacionar aos dados sobre PIB e densidade demográfica dos municípios, além do fato de que quatro municípios passaram a oferecer a modalidade integral (Porto Seguro em 2014; Eunápolis em 2015; Itapebi em 2020; Santa Cruz Cabrália em 2023) e houve um aumento nas matrículas EJA e no Ensino Médio Integral, onde este é oferecido.

Como mencionado, Santana, Meireles e Nacif (2024) chamam atenção para a gestão e atuações pedagógicas que favoreçam o engajamento do alunado em sua formação, nas atividades escolares e extraclasse, o que depende da alocação de recursos, inclusive para a formação continuada dos profissionais, e de incentivos para que famílias e estudantes almejem a continuidade e conclusão do Ensino Médio, sendo provável que, nessas condições, se o Ensino Médio Integral passar a ser oferecido de forma mais abrangente e utilizando políticas de inclusão, haverá menos procura pela EJA, contribuindo ainda mais para a formação daqueles que cursarão o Ensino Médio público. Não houve registro de matrículas para a modalidade integral na etapa do Ensino Médio (EJA).

Diante do exposto, é possível considerar que medidas devem ser tomadas pelos municípios para que se possa entender a justificativa da diminuição no quantitativo de matrículas na modalidade parcial e o aumento exponencial, em algumas cidades, da escolha pela EJA. Silva e Muniz (2023) argumentam que, com base no levantamento de dados do Censo Escolar, é possível identificar os principais fatores que levaram à diminuição no número de matrículas. Nesse sentido, é possível propor políticas públicas que visem melhorar a qualidade da educação, ou seja, ampliar a oferta de matrículas no Ensino Médio na modalidade parcial. Além disso, o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica de 2023 diz que a

compilação de dados do censo permite que haja um subsídio de "[...] operacionalização de políticas públicas, programas governamentais e ações setoriais nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal)" (Brasil, 2023, p. 11). Então, cabe aos municípios, assim como à Secretaria de Educação do Estado, identificar os fatores que levaram à diminuição no número de matrículas dos estudantes e propor, conforme Silva e Muniz (2023) e o Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica (2023), medidas que aumentem a oferta de matrículas no Ensino Médio.

Sobre o Ideb, não foi possível formular uma análise exata dos dados, uma vez que não foram fornecidos regularmente pelo Inep dados sobre as metas estipuladas para os anos de 2017, 2019, 2021 e 2023. Contudo, podemos observar um aumento nas notas do Ideb de todos os municípios e ressaltamos a importância do indicador para a observação da educação no país.

Dados os níveis do IDHM descritos, assim como os demais indicadores citados, o Estado (em todas as dependências administrativas) precisa avançar não somente na oferta de condições mais favoráveis à educação de qualidade nas instituições de ensino; é preciso atentar à saúde pública, saneamento básico, atividades culturais etc. (Bohn; Ervilha; Dalberto, 2015; Scheidt *et al*., 2017).

As oscilações das taxas de aprovação, reprovação, abandono, distorção idade-série e o fato de estas ainda não serem as taxas desejadas, somadas às informações do IDHM, Ideb e Metas PNE, demonstram que os oito municípios estão aquém do esperado; não é uma situação que poderá ser resolvida com decretos que impõem a aprovação ou por propagandas que falem das instalações de alguns colégios.

Referências

AVILA, A. H.; SANTOS, E. S. Eu Sou A Primeira Da Minha Família A Ter Um Diploma – a interiorização da Universidade do Estado da Bahia: uma oportunidade que pode mudar vidas. In: LIMA, C. A.; SANTOS, J. C.; SANTOS, M. N. S., *et al.* **Perspectivas sobre a Universidade Pública**: experiências, diálogos e produção do conhecimento, Ponta Grossa, PR: **Atena**, 2023, p. 8-24. DOI: 10.22533/at.ed.7312330031. Disponível em: https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/eu-sou-a-primeira-da-minha-familia-a-ter-um-diploma-a-interiorizacao-da-universidade-do-estado-da-bahia-uma-oportunidade.

AVILA, A. H. Perfil do alunado do *Campus XVIII* da UNEB (2016). In: SILVA, G. J.; SOARES, L.; MASCARENHAS, V.; SANTOS, J. C.; **Estudos Culturais**: diálogos entre cultura e educação. 1ª ed. Jundiaí: Paco, 2018, v., p. 314-320. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cap%201.pdf.

BASSETE, C. S.; AVILA, A. H. Dados e índices do ensino médio do sistema público: evasão, reprovação, permanência e conclusão, na Costa do Descobrimento. **ANAIS DA XXIX JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - A UNEB nos territórios baianos**: ciência, diversidade e inovação. Salvador – Bahia, 26 a 28 de novembro de 2025. ISSN: 2237-6895. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1uHWcDofZNVRlVxsCoY7NRzPlYf2Dvsov/view.

BOHN, L.; ERVILHA, G. T.; DALBERTO, C. R. IDHM e eficiência: o desenvolvimento municipal sob um novo prisma. In: **Encontro Nacional De Economia**, 43, 2015. Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPEC, 2015. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i6-7b26220323e6f3f4182a4409b1c768cc.pdf.

BRASIL. **10 anos do Plano Nacional de Educação:** análise da execução das metas da lei 13.005/2014. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: <https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2024/materiais/Balanco_do_PNE_2024_da_Campanha_Relatorio_de_Metas_PPT.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Resumo Técnico Resultados do índice de desenvolvimento da educação básica**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2017.pdf.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: &60;https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-eindicadores/ideb/resultados&62

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). EDUCATION AT A GLANCE 2024: **Notas Estatísticas**. Brasília: MEC, 2024. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_education_at_a_glance_2024_versao_preliminar.pdf.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm.

BRASIL. **Projeto de Decreto Legislativo nº 1**, de 22 de fevereiro de 2024. ALBA - Assembleia Legislativa da Bahia. Disponível em: <http://editorpaperless.alba.ba.gov.br/visualizador/publico/anexo/388989/pdf>.

CASTRO, V. G.; TAVARES JÚNIOR, F. Jovens em contextos sociais desfavoráveis e sucesso escolar no ensino médio. **Educação & Realidade**, v. 41, p. 239-258, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/edreal/a/MkBmX3S7sVZwjssVywnSrVD/?format=pdf&lang=pt.

GRIKE, F.; SANTOS, G. D.; RUBIN-OLIVEIRA, M. IDHM e a taxa de matrículas no ensino médio: uma análise multivariada dos maiores municípios que nomeiam as microrregiões do estado do Paraná. **R. Tecnol. Soc**. v. 14, n. 30, p. 2017-237, jan./abr., 2018. Disponível em: https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/4623/4728.

GUIMARÃES, J.; MELLO, N. A. Educação como aporte para o desenvolvimento humano e social. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v.16, n.10, p. 2849-22859, 2023. Disponível em: https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/2728.

INESC. Balanço do Orçamento Geral da União 2021: A conta do desmonte. Inesc – **Instituto de Estudos Socioeconômicos**, 2021. Disponível em: https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/04/BalancoOrcamento2021-Inesc-1.pdf.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Education at a Glance 2024**: OECD INDICATORS © OECD, 2024. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2024/09/education-at-a-glance-2024_5ea68448/c00cad36-en.pdf.

PNUD. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. – Brasília: **PNUD, Ipea, FJP**, 2013. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2375/1/Livro_O%20%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20Municipal%20Brasileiro.pdf.

PORTELLA, A. L.; BUSSMANN, T. B.; OLIVEIRA, A. M. H. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro**. Nova Economia**, v. 27, n. 3, p. 477–509, set. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/neco/a/tSsm5bXV3KNmvhC9tRNJv4h/?format=html&lang=pt.

SANTANA, L. A. A.; MEIRELES, E.; NACIF, P. G. F. Educação integral em tempo integral: caminhos e desafios. **Nota técnica 7**. D3 e – Dados Para Um Debate Democrático Na Educação, 2024. Disponível em: https://d3e.com.br/wp-content/uploads/nota-tecnica_2403_educacao-tempo-integral-desafios.pdf.

SCHEIDT, A. R.; BORTOLOTTI, M. A.; KUZMA, E. L.; ELOY, T. Índice de desenvolvimento humano municipal (IDHM) no Brasil: um relato da desigualdade entre

DOI: 10.5281/zenodo.21313567

educação, renda e longevidade. In: **XXXI Congresso Alas**. Anais... Montevideo/Uruguay. 2017. Disponível em: https://cdsa.aacademica.org/000-018/1196.pdf.

SILVA, S. B.; MUNIZ, S. S. A Importância Do Censo Escolar Para A Educação. **JNT Facit Business and Technology Journal**. 2023. Fluxo contínuo – mês de outubro. Ed. 46. VOL. 02. Págs. 642-657. ISSN: 2526-4281. Disponível em: https://revistas.faculdadefacit.edu.br/index.php/JNT/article/view/2562/0.

SILVA FILHO, R. B.; DE LIMA ARAÚJO, R. M. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/porescrito/article/view/24527.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. Panorama da Distorção Idade-série no Brasil. **UNICEF**, 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf.